

## PETRÓLEO E GÁS

O setor de Petróleo e Gás Natural compreende mais do que recursos minerais aproveitáveis, elementos geradores de renda, riqueza ou motores de uma indústria complexa. Relaciona-se à construção de uma estratégia nacional de desenvolvimento a partir do aproveitamento dos mesmos com ênfase no equilíbrio econômico do território, na geração de benefícios para todas as gerações de brasileiros (presentes e futuras), no impacto em outras indústrias e na inserção competitiva brasileira na economia global.

Isso parte de escolhas de Estado, escolhas sobre produzir ou não, com que velocidade, no presente ou no futuro, a que preço, por quais meios, com que agregação de valor, distribuída de que forma no território e em benefício de quem. Nesse sentido, as compensações financeiras vigentes pela exploração de Petróleo e Gás, que incluem os royalties e as participações especiais, cumprem apenas parte do propósito do aproveitamento sustentável dos recursos, destinando-se aos entes federados produtores e à União, bem como aos demais entes federados por meio do fundo especial. Há, portanto, um caminho a perseguir para que as escolhas públicas de aproveitamento dos recursos minerais se traduzam em novas políticas públicas que tenham o território como base e se preocupem em organizar a atividade de modo a gerar novas economias e estruturas produtivas que beneficiem as gerações atuais e futuras.

O Brasil deve entrar, até 2020, no rol dos cinco países detentores das maiores reservas. Apenas com a incorporação das reservas já concedidas do Pré-Sal, que correspondem a apenas 28% da área do mesmo, o país deverá somar algo entre 35 e 40 bilhões de barris em reservas. Considerando-se que 72% da área do Pré-Sal ainda não foi concedida, e que esta, segundo estimativas, pode acrescentar outros 40 bilhões de barris às reservas brasileiras, o país se aproximaria de grandes produtores como a Rússia, a Venezuela, os Emirados Árabes Unidos, o Irã e o Iraque. Essa proeminência é de se destacar, dada sua importância econômica, as oportunidades que dela derivam e o contexto internacional que, à exceção do Brasil, não revela novas grandes descobertas e convive com o declínio da produção.

Cenários construídos pela Agência Internacional de Energia demonstram que a adição de capacidade requerida para fazer frente à demanda mundial deve ser da ordem de 55 a 65 milhões de barris/dia no horizonte 2020, e projeções mais recentes, apresentadas pela Petrobras, estimam que a adição de capacidade requerida até 2020 seja da ordem

de 38 milhões de barris/dia. Qualquer que seja a projeção, o cenário que se desenha é o de uma demanda mundial que precisará ser suprida pela geração de novos depósitos de classe mundial, por novas tecnologias, pela recuperação de campos existentes e pela entrada em produção de campos até então inviáveis economicamente.

Nesse contexto, o Brasil assume posição privilegiada como produtor e como grande possuidor de reservas e de uma vasta fronteira exploratória. Especialmente pelo desenvolvimento dos projetos do Pré-Sal, a Petrobras, em 2015, poderá se tornar a segunda maior petrolífera do mundo, estimando-se uma produção de 3,99 milhões de barris de óleo equivalente por dia.

Para tanto, o programa de investimentos da Estatal ultrapassa a casa dos US\$ 224 bilhões para o período 2011-2015. O que está em curso é uma estratégia de expansão da exploração e do desenvolvimento da produção, onde se concentram as maiores margens de retorno, especialmente nas áreas do Pré-Sal e da cessão onerosa que, juntas, concentrarão 32% do investimento em exploração e 52% dos investimentos em desenvolvimento da produção no período. Também serão realizados esforços em empreendimentos com vistas à agregação de valor e à diversificação do portfólio dos investimentos, nos casos em que o retorno supere o custo de oportunidade do investimento.

Esse programa de investimentos se concentra, sobretudo, em mar, sendo grandes os desafios para difusão dos investimentos em terra e com interesse no desenvolvimento equilibrado do território, para além da expansão das malhas dutoviárias de transporte e distribuição e das refinarias presentes na costa.

O Brasil, segundo o marco regulatório vigente, adota o regime de concessão, que continuará a valer para as áreas comuns, das quais menos de 10% do território emerso brasileiro foi licitado. Para as reservas do Pré-Sal e Áreas Estratégicas, o país adota um novo marco regulatório, onde se inclui o regime para a partilha de produção, que valerá para as áreas ainda não concedidas do Pré-Sal, a fim de reverter para o Estado uma parcela maior do retorno da atividade. Para essas áreas há baixo risco exploratório. Há também a necessidade de aplicar seus rendimentos em investimentos que deem maior retorno à sociedade e cumpram a chamada justiça intergeracional.

O novo marco regulatório do setor do Petróleo e Gás será de especial importância para o equilíbrio de seus benefícios a todos os brasileiros, detentores originários da riqueza, uma vez que os recursos que cabem à União serão destinados ao Fundo Social, cujos rendimentos possibilitarão investimentos em todas as unidades da Federação.

Dentre as principais metas do Programa estão: a ampliação do conhecimento geológico,

visando disponibilizar novas áreas segundo seu risco exploratório; a definição de um plano de licitações em área do Pré-Sal na modalidade de partilha e de blocos exploratórios na modalidade de contrato de concessão nas bacias de fronteira tecnológica e do conhecimento; a identificação de novas acumulações de petróleo e gás em terra e mar; o aumento da produção de petróleo e da participação da oferta nacional no mercado de gás natural; a elevação dos índices de conteúdo local nos contratos de exploração e produção; a formação de polos empresariais, produtivos e tecnológicos com interesse territorial, no desenvolvimento da cadeia de fornecedores e na sustentabilidade sócioambiental; e a conclusão de estudo sobre a distribuição e a aplicação da renda petrolífera, a fim de orientar projetos que perpetuem seus benefícios aos brasileiros.